

Relatório Técnico de Monitoramento e Avaliação – Gestor da Parceria

(Em atendimento a Lei Federal 13019/2014 e ao Decreto Municipal nº 17.708 de 07/02/2017)

2018	Secretaria: Secretaria Municipal da Educação	
OSC: Associação Espirita “ A Caminho da Luz”		
Atividade: Contraturno Escolar		
Instrumento:	Termo de Colaboração	Número:07/2017
Período: Ano 2018 <input checked="" type="checkbox"/> 1º Quadrimestre civil – janeiro/fevereiro/mar/abril <input type="checkbox"/> 2º quadrimestre Civil – maio/junho/ julho/ agosto <input type="checkbox"/> 3º Quadrimestre civil – setembro/outubro/novembro/Dezembro		
Valores Repassados no período:		
Total do Valor Repassado:		R\$ 112.045,06
Receita de Aplicação Financeira:		R\$ 259,28
Total do Valor Comprovado:		R\$ 98.215,15
Valor Devolvido ao Órgão Concessor:		R\$ 14.089,19
Valor Glosado:		R\$ 0,00
Documentos utilizados como subsídio para elaboração deste relatório Relatórios de visita in loco feitos pelo gestor, planos de trabalho, relatórios mensais de execução do objeto, relatório quadrimestral de execução do objeto e execução financeira, listas de presença, fotos, fichas cadastrais, sistema informatizado Demandanet, resultado de pesquisa de satisfação realizada em parceria entre a entidade e a Secretaria de Educação.		

RELATÓRIO

Descrição Sumária das Atividades e Metas Estabelecidas

A Associação Espirita “ A Caminho da Luz”, também designada pela sigla AELUZ, fundada em 07 de dezembro de 1973, é uma entidade civil religiosa, assistencial, cultural e filantrópica. Sua sede fica na Rua: Theodoro Sanches nº 2300, Bairro: São Jorge.

A Instituição atende crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social que residem no Bairro São Jorge e adjacências, em São José do Rio Preto. O Presente Projeto pretende dar continuidade a um trabalho que visa melhorar a qualidade de vida destas crianças.

A parceria tem como objeto a ser executado o atendimento a crianças e adolescentes em Regime de Jornada Ampliada no Contraturno do período escolar.

A parceria tem como objetivo atender crianças e adolescentes de 06 à 12 anos de idade, de ambos os sexos, em situação de vulnerabilidade social, contribuindo para a sua formação educacional e educacional.

As metas gerais presentes no plano de trabalho são: atender 105 crianças e adolescentes de ambos os sexos, na faixa etária de 06 à 12 anos de idade, incluindo a participação dos profissionais nas programações e ações desenvolvidas pelo projeto. O período de execução das atividades é de 01/07/2017 até 31/12/2018.

Para atingir os objetivos e metas previstos, são desenvolvidas as seguintes atividades/oficinas:

1- Oficina de Leitura

1.1- OBJETIVOS ESPECÍFICOS:

- Aprofundar o interesse pela leitura, aperfeiçoar a expressão oral e escrita dos participantes para que melhorem o desempenho escolar;

- Aumentar a oportunidade para que os educandos descubram cada vez mais o prazer de ler e que este prazer torna-se ferramenta para aumentar o seu desenvolvimento educacional;

- Ampliar as possibilidades de relacionamento interpessoal por intermédio de trocas e impressões.

1.2- AÇÕES/METODOLOGIA:

- Perguntas e opiniões, curiosidades, interpretações de cenas, figuras e exposições.

1.3- INDICADORES/AVALIAÇÃO



- Qualidade nos objetivos atingidos nas produções de trabalhos realizados. Avaliação contínua e momentos de reflexão quanto a atitudes e comportamentos durante os trabalhos.
- Relatório mensal das atividades desenvolvidas;
- Lista de frequência;
- Registro de desempenho de alunos.

2- Oficina de Informática

2.1- OBJETIVOS ESPECÍFICOS:

- Familiariza-se e apropriar-se de conhecimentos teóricos e práticos em informática básica;
- Acesso ao uso de recursos tecnológicos como suporte para novas descobertas e iniciativas na construção do conhecimento;
- Desenvolver uma visão de mundo crítica.

2.2- AÇÕES/METODOLOGIA

- Identificar componentes periféricos do computador;
- conhecer diferentes mídias de armazenamento;
- manusear comandos básicos de programas e aplicativos;
- acesso à Internet;
- sites, blogs, portais de notícias, redes sociais, etc.

2.3- INDICADORES/AVALIAÇÃO

- relatório mensal de atividades desenvolvidas, com exposição do conteúdo aplicado, fotos e lista de frequência;
- monitoramento e acompanhamento das oficinas por visitas periódicas;
- avaliação será contínua; em cada encontro serão aplicadas atividades de aprendizagem específicas para cada grupo, conforme o nível de conhecimento, o nível de dificuldade e ritmo de aprendizagem.

3- OFICINA DE DANÇA

3.1- OBJETIVOS ESPECÍFICOS:

- ensinar de modo divertido e adequado, na prática, todo potencial de expressão do corpo humano;
- mostrar que a dança vai além da representação da música através do corpo, desenvolve uma mensagem positiva, sem discriminação.

3.2- AÇÕES/METODOLOGIA

- danças urbanas;
- movimentos individuais e em grupo;
- coreografias.

3.3- INDICADORES/AVALIAÇÃO:

- relatório mensal de atividades desenvolvidas, com exposição do conteúdo aplicado, fotos e lista de frequência;
- monitoramento e acompanhamento das oficinas por visitas periódicas;
- apresentação artística para professores, alunos e familiares dentro de cada grupo, conforme o nível de conhecimento, dificuldade e ritmo de aprendizagem.

4- OFICINA DE ARTES

4.1- OBJETIVOS ESPECÍFICOS;

- *Desenvolver ações pedagógicas de conteúdos artísticos e culturais.*

Nosso objetivo principal é contribuir no desenvolvimento da consciência humana, social e ecológica das crianças através da Arte.

4.2- AÇÕES/METODOLOGIA

Produções de trabalhos manuais como artesanato pintura, artes com sucata etc.

4.3- INDICADORES/AVALIAÇÃO

- relatório mensal de atividades desenvolvidas, com exposição do conteúdo aplicado, fotos e lista de frequência;
- monitoramento e acompanhamento das oficinas por visitas periódicas;
- apresentação artística para professores, alunos e familiares dentro de cada grupo, conforme o nível de conhecimento, dificuldade e ritmo de aprendizagem.

5- OFICINA DE BOAS PRÁTICAS

5.1- OBJETIVOS ESPECÍFICOS;

- Propiciar meios que favoreçam o conhecimento sobre boas maneiras, atitudes, educação ambiental, saúde (primeiros socorros) e higiene pessoal.

5.2- AÇÕES/METODOLOGIA

- Palestra, dramatizações, debate em grupo.

5.3- INDICADORES/AVALIAÇÃO

- Essa atividade promove uma conscientização a respeito de temas importantes para um cidadão que se respeita e respeita o próximo, com abordagens bem próximas a realidade das crianças.
- Avaliação contínua e momentos de reflexão quanto a atitudes e comportamentos durante os trabalhos.
- Relatório mensal das atividades desenvolvidas;
- Lista de frequência;
- Registro de desempenho dos alunos.

RELATÓRIO

2- Análise das atividades realizadas, do cumprimento das metas e do impacto do benefício social obtido em razão da execução do objeto até o período, com base nos indicadores estabelecidos e aprovados no Plano de Trabalho

Verificamos nas visitas de monitoramento na instituição AELUZ, por meio dos registros físicos na instituição e no sistema informatizado Demandanet que o número de atendimentos ficou um pouco abaixo do previsto no plano de trabalho (105, divididos nos períodos da manhã e tarde). No início de março, havia 95 alunos matriculados, mas como muitos não estavam frequentando, a coordenadora realizou o desligamento dos mesmos e fez a matrículas de novos, mas não conseguiram atingir o previsto e finalizaram o mês com 75 alunos matriculados. Entretanto, a entidade fez um trabalho de divulgação e gradualmente está aumentando o número de matriculados, fechando o mês de abril com 91 alunos atendidos (aumento de 22% em um mês). Desde a primeira visita, realizada em março, o atual gestor sempre orientou que esse número de atendimentos deveria ser contemplado o quanto antes. As vagas disponíveis devem ser prontamente preenchidas por alunos interessados, devem ser realizadas ações de divulgação e sensibilização da comunidade e escolas acerca dos serviços prestados como forma de cumprir a meta de atendimento prevista no plano. Sobre essa questão, a parceira apresentou justificativa à Secretaria de Educação informando os motivos do não cumprimento e as ações tomadas para aumentar o número de atendimentos. Em resposta à justificativa apresentada, observando que a entidade tem aumentado gradualmente o número de atendimentos e que a meta está próxima de ser atingida (restavam apenas 11 vagas disponíveis na visita realizada pelo gestor em maio – 94 matriculados, aumento de), a pasta manifestou ser favorável aos argumentos da justificativa e medidas adotadas, salientando que devem ser intensificadas as ações de divulgação para preenchimento das vagas disponíveis, bem como disponibilização das mesmas para atendimentos solicitados pelos órgãos de proteção à crianças e adolescentes. Como forma de auxiliar na situação, foi sugerida a realização de uma divulgação mais incisiva do serviço prestado como forma de preencher as vagas disponíveis. A coordenadora informou que, junto com a equipe e dirigentes da entidade, já estão realizando essas ações de divulgação junto à comunidade do entorno com o objetivo de aumentar o número de matriculados, e também que entrará em contato com outros serviços auxiliares (CRAS, CAPS, Conselho Tutelar) como forma de disponibilizar as poucas vagas que restam.

Nesse primeiro quadrimestre, foram realizadas duas visitas (janeiro: não houve visita pela gestora anterior / fevereiro: não houve gestor nomeado / março e abril: gestor atual, que foi nomeado em 02/03/2018). Nas visitas, as atividades fluíam naturalmente e os funcionários desempenhavam suas funções previstas no plano de trabalho. O número de participantes sempre foi compatível à quantidade matriculada, haja visto que é natural haver certo número de ausentes (inclusive em escolas regulares). Sobre a frequência, no caso de faltas reiteradas dos alunos, o gestor orientou a fazerem contato com as famílias para saber o motivo das ausências e cobrar a assiduidade. Se fosse preciso, convocar os responsáveis para conscientizá-los sobre a importância da frequência regular (procedimento este que já era realizado pela entidade, mas foi reforçado). Nas visitas de março e abril, havia 38 presentes de manhã e 43, também de manhã, respectivamente. Foi possível observar satisfatoriamente a participação dos alunos nas oficinas educativas, culturais e esportivas mencionadas neste relatório. Além dos objetivos específicos de cada oficina, também foi possível observar, por meio das visitas do gestor, dos relatórios dos relatórios de execução do objeto (mensais e quadrimestral), registros feitos pela entidade e indicadores previstos no plano (participação dos atendidos, listas de frequência, relatórios, fotos, registros de atendimentos, reuniões de pais/responsáveis, pesquisa de satisfação), que a entidade pôde atender crianças e adolescentes de 06 à 12 anos de idade, de ambos os sexos, em situação de vulnerabilidade social, contribuindo para a sua formação educacional e educacional. Foi proporcionado um espaço sadio, com atividades extracurriculares que reforçam os ensinamentos e a educação transmitida pela educação formal e familiar. Por meio do acompanhamento e também de pesquisa realizada, com relação aos impactos sociais e econômicos, é possível observar que as ações/atividades realizadas desenvolvem no aluno hábitos saudáveis, respeito às diferenças, solidariedade, companheirismo, disciplina, responsabilidade e autonomia; o trabalho efetuado desenvolve hábitos de estudo e gosto pela aprendizagem; os atendidos demonstram melhora em seu comportamento geral no ambiente familiar e na escola, e também seu desempenho escolar e aprendizagem após frequentar esta instituição e participar das atividades desenvolvidas. Também é possível afirmar



que o atendimento oferecido pela instituição foi fundamental para que os pais/responsáveis pudessem ingressar (ou se manter) no mercado de trabalho, gerando assim, indiretamente, impactos econômicos positivos na esfera familiar e comunidade local. Sobre a satisfação do público alvo, os dados coletados por meio de pesquisa realizada (em parceria entre a Secretaria Municipal de Educação e a entidade) mostram que os serviços prestados correspondem às expectativas da comunidade. Cem por cento dos pesquisados estão satisfeitos ou muito satisfeitos com a instituição, 96% respondeu que o serviço prestado atende às expectativas e 100% recomendaria os serviços da entidade para outros interessados. Além disso, também é importante mencionar que a pesquisa mostrou que 100% dos pesquisados consideram as instalações da instituição limpas e bem cuidadas, 96% deles confia nos serviços prestados pela entidade e 96% confia nos profissionais que nela atuam. Sobre a comunicação entidade-família, 78% dos responsáveis pesquisados responderam que são informados sobre os progressos e dificuldades dos filhos, 100% que há reuniões periódicas para tratar de assuntos gerais, 100% que existe livre acesso aos responsáveis/representantes da instituição quando necessário e 89% que eventuais problemas/conflitos são solucionados de forma justa, clara e objetiva. Finalizando, com ações pautadas em atividades educacionais, artísticas, culturais e esportivas, sociabilidade e proteção social para crianças e adolescentes, a OSC proporcionou aos educandos o desenvolvimento de suas potencialidades, integração social, moral e familiar, contribuindo para o fortalecimento das competências educacionais e vínculos familiares/sociais.

A entidade desenvolveu as atividades educativas complementares, por meio de oficinas e promoveu o desenvolvimento das habilidades e potencialidades das crianças e adolescentes atendidos, contribuindo para o processo de construção da autonomia, identidade e da sua formação enquanto ser social. Atendeu famílias de baixa renda, que não ultrapassassem a três salários mínimos, nas quais as crianças se encontravam em situação social e econômica instáveis e precárias.

2.1- Análise e apontamentos acerca das atividades realizadas:

Conforme já mencionado, nas visitas realizadas, as atividades fluíram naturalmente e os funcionários desempenhavam suas funções previstas no plano de trabalho. O número de participantes sempre foi compatível à quantidade matriculada, haja visto que é natural haver certo número de ausentes (inclusive em escolas regulares). Sobre a frequência, no caso de faltas reiteradas dos alunos, o gestor orientou a fazerem contato com as famílias para saber o motivo das ausências e cobrar a assiduidade. Se fosse preciso, convocar os responsáveis para conscientizá-los sobre a importância da frequência regular (procedimento este que já era realizado pela entidade, mas foi reforçado). Nas visitas de março e abril, havia 38 presentes de manhã e 43, também de manhã, respectivamente. Logo na primeira visita, a coordenadora informou que a oficina de informática estava suspensa, pois muitos computadores estavam danificados e não havia a previsão de recursos para manutenção. Como entidade demonstrou não ter condições de manter o bom funcionamento dos computadores, decidiu-se suprimir essa oficina do plano de trabalho (procedimento realizado por meio de apostilamento). Foi possível observar satisfatoriamente a participação dos alunos nas oficinas educativas, culturais, esportivas, lúdicas e socioeducativas mencionadas neste relatório. Também foram orientados pelo gestor sobre a obrigatoriedade de todos os funcionários desempenharem as atividades previstas no plano, sempre na demanda de trabalho relacionada ao atendimento do projeto (atividades complementares de contra turno), sempre mantendo o caráter pedagógico/educativo das ações, inclusive em momentos em que não há a realização direta de oficinas (entrada e saída, corredores, refeitório), pois todos são modelos para os jovens e contribuem para a formação integral dos alunos. Além do acompanhamento contínuo por parte da coordenadora, os profissionais que atuam nas oficinas entregam relatórios mensais como forma de viabilizar e facilitar o acompanhamento do trabalho desenvolvido. A equipe se mostra bastante integrada e comprometida com o desenvolvimento das atividades e, conseqüentemente, com a aprendizagem significativa dos alunos. Todas as sugestões e apontamentos realizados pelo gestor durante o acompanhamento, com o objetivo de aprimorar o serviço, foram prontamente acatadas por parte da coordenadora/entidade. As atividades foram realizadas de acordo com o previsto no plano de trabalho, dentro do cronograma (prazo) estabelecido, de acordo com a metodologia prevista. Não houve dificuldades relevantes que comprometessem o desenvolvimento das ações previstas. A quantidade de profissionais envolvida no desenvolvimento das atividades é adequada. Existe diálogo constante entre gestor e entidade com o objetivo de aprimorar ainda mais o serviço prestado à comunidade.

2.2- Análise e apontamos acerca do cumprimento das metas:

Conforme mencionado de forma mais detalhada no item 2, em relação aos atendimentos, o número de atendimentos ficou um pouco abaixo do previsto no plano de trabalho (105, divididos nos períodos da manhã e tarde). No início de março, havia 95 alunos matriculados, mas como muitos não estavam frequentando, a coordenadora realizou o desligamento dos mesmos e fez a matrículas de novos, mas não conseguiram atingir o previsto e finalizaram o mês com 75 alunos matriculados. Entretanto, a entidade fez um trabalho de divulgação e gradualmente está aumentando o número de matriculados, fechando o mês de abril com 91 alunos atendidos (aumento de 22% em um mês). Desde a primeira visita, realizada em março, o atual gestor sempre orientou que esse número de atendimentos deveria ser contemplado o quanto antes. As vagas disponíveis devem ser prontamente preenchidas por alunos interessados, devem ser realizadas ações de divulgação e sensibilização da comunidade e escolas acerca dos serviços prestados como forma de cumprir a meta de



atendimento prevista no plano. Sobre essa questão, a parceira apresentou justificativa à Secretaria de Educação informando os motivos do não cumprimento e as ações tomadas para aumentar o número de atendimentos. Em resposta à justificativa apresentada, observando que a entidade tem aumentado gradualmente o número de atendimentos e que a meta está próxima de ser atingida (restavam apenas 11 vagas disponíveis na visita realizada pelo gestor em maio – 94 matriculados, aumento de), a pasta manifestou ser favorável aos argumentos da justificativa e medidas adotadas, salientando que devem ser intensificadas as ações de divulgação para preenchimento das vagas disponíveis, bem como disponibilização das mesmas para atendimentos solicitados pelos órgãos de proteção à crianças e adolescentes. Como forma de auxiliar na situação, foi sugerida a realização de uma divulgação mais incisiva do serviço prestado como forma de preencher as vagas disponíveis. A coordenadora informou que, junto com a equipe e dirigentes da entidade, já estão realizando essas ações de divulgação junto à comunidade do entorno com o objetivo de aumentar o número de matriculados, e também que entrará em contato com outros serviços auxiliares (CRAS, CAPS, Conselho Tutelar) como forma de disponibilizar as poucas vagas que restam. Reiteramos que, além dos objetivos específicos de cada oficina, também foi possível observar, por meio das visitas do gestor, dos relatórios de execução do objeto (mensais e quadrimestral), registros feitos pela entidade e indicadores previstos no plano (participação dos atendidos, listas de frequência, relatórios, fotos, registros de atendimentos, reuniões de pais/responsáveis, pesquisa de satisfação), que a entidade pôde atender crianças e adolescentes de 06 à 12 anos de idade, de ambos os sexos, em situação de vulnerabilidade social, contribuindo para a sua formação educacional e educacional. Foi proporcionado um espaço sadio, com atividades extracurriculares que reforcem os ensinamentos e a educação transmitida pela educação formal e familiar.

Conforme mencionado no item 2 e neste item, observamos que o número de atendimentos tem aumentado gradualmente, mas o número previsto no plano ainda não foi atingido. Sobre isso, a parceira apresentou justificativa à SME informando os motivos do não cumprimento e as ações tomadas para aumentar o número de atendimentos. Observando que a entidade tem aumentado gradualmente o número de atendimentos e que a meta está próxima de ser atingida, a pasta aceitou a justificativa, manifestando ser favorável aos argumentos apresentados e medidas adotadas, salientando que devem ser intensificadas as ações de divulgação para preenchimento das vagas disponíveis, bem como disponibilização das mesmas para atendimentos solicitados pelos órgãos de proteção à crianças e adolescentes. Sobre as demais metas e objetivos, consideramos que os resultados estabelecidos no Plano de Trabalho foram atingidos e os benefícios puderam ser verificados por meio dos indicadores previstos (participação dos atendidos, listas de frequência, relatórios, fotos, registros de atendimentos, boletins escolares, reuniões de pais/responsáveis, pesquisa de satisfação).

2.3- Análise e apontamentos acerca do impacto do benefício social obtido em razão da execução do objeto até o período:

Por meio do acompanhamento e também de pesquisa realizada, com relação aos impactos sociais e econômicos, é possível observar que as ações/atividades realizadas desenvolvem no aluno hábitos saudáveis, respeito às diferenças, solidariedade, companheirismo, disciplina, responsabilidade e autonomia; o trabalho efetuado desenvolve hábitos de estudo e gosto pela aprendizagem; os atendidos demonstram melhora em seu comportamento geral no ambiente familiar e na escola, e também seu desempenho escolar e aprendizagem após frequentar esta instituição e participar das atividades desenvolvidas. Também é possível afirmar que o atendimento oferecido pela instituição foi fundamental para que os pais/responsáveis pudessem ingressar (ou se manter) no mercado de trabalho, gerando assim, indiretamente, impactos econômicos positivos na esfera familiar e comunidade local. Sobre a satisfação do público alvo, os dados coletados por meio de pesquisa mostram que os serviços prestados correspondem às expectativas da comunidade. A grande maioria dos pesquisados estão satisfeitos com a instituição e recomendariam a entidade para outros interessados. Além disso, também é importante mencionar que a pesquisa mostrou que a comunidade atendida confia nos serviços prestados pela entidade e nos profissionais que nela atuam. Sobre a comunicação entidade-família, os responsáveis são informados sobre os progressos e dificuldades dos filhos, há reuniões periódicas para tratar de assuntos gerais, existe livre acesso aos responsáveis/representantes da instituição quando necessário e eventuais problemas/conflitos são solucionados de forma justa, clara e objetiva. Finalizando, com ações pautadas em atividades educacionais, artísticas, culturais e esportivas, sociabilidade e proteção social para crianças e adolescentes, a OSC proporcionou aos educandos o desenvolvimento de suas potencialidades, integração social, moral e familiar, contribuindo para o fortalecimento das competências educacionais e vínculos familiares/sociais. A entidade desenvolveu as atividades educativas complementares, por meio de oficinas e promoveu o desenvolvimento das habilidades e potencialidades das crianças e adolescentes atendidos, contribuindo para o processo de construção da autonomia, identidade e da sua formação enquanto ser social. Atendeu famílias de baixa renda, que não ultrapassassem a três salários mínimos, nas quais as crianças se encontravam em situação social e econômica instáveis e precárias.

3. Conforme inciso V, § 1º, Artigo 74 do Decreto Municipal 17708/2017: análise dos documentos comprobatórios das despesas apresentados pela OSC na prestação de contas, quando não for comprovado o alcance das metas e resultados estabelecidos no respectivo termo de colaboração ou de fomento ou quando houver evidência de existência de ato irregular (esta análise compete à Secretaria da Fazenda, por meio do Departamento de Prestação de Contas – Art. 75 do Decreto Municipal mencionado)

Em função do não atendimento ao número de crianças/adolescentes previsto no plano de trabalho, apesar da entidade ter entregado justificativa sobre a questão (motivo do não cumprimento da meta de atendimentos até o presente momento, as medidas já tomadas, providências futuras acerca do fato) e da mesma ter sido aprovada pela SME (com as providências determinadas pela pasta já citadas neste documento), o gestor solicitou, em 04/06/2018, ao Departamento de Prestação de Contas da Secretaria da Fazenda, o Parecer da Execução Financeira referente ao período (nos termos do Art. 85 do Decreto Municipal 17708/2017). A análise do relatório de execução financeira entregue pela entidade, que é de competência do departamento aqui citado (Parágrafo único do Art. 86 e Art. 75 do Decreto 17708/2017), e deve contemplar, conforme Art. 86 do Decreto aqui mencionado:

“I – o exame da conformidade das despesas, analisando a compatibilidade das despesas previstas e das despesas efetivamente realizadas, por item ou por agrupamento de itens, conforme aprovado no plano de trabalho;
II – a verificação da conciliação bancária, por meio da aferição da correlação entre as despesas constantes no relatório de execução financeira e os débitos efetuados na conta corrente específica da parceria; e
III – a verificação do cumprimento das normas pertinentes.”

Diante do exposto, o parecer da execução financeira elaborado pelo departamento competente atestou o que segue:

“1. que a OSC entregou mensalmente as Prestações de Contas parciais, em consonância com as exigências contidas no Termo de Colaboração nº. 07/2017 e em conformidade com a legislação que rege a matéria;
2. que a movimentação financeira deu-se em instituição pública oficial, Banco Caixa Econômica Federal, em conta corrente específica 428-3;
3. que os valores repassados foram aplicados no mercado financeiro;
4. que os pagamentos foram realizados de forma eletrônica mediante crédito em conta bancária de titularidade do beneficiário final;
5. que houve nexos entre as despesas realizadas e débitos bancários efetuados na conta específica;
6. que houve compatibilidade das despesas previstas, aprovadas no Plano de Trabalho, com as despesas efetivamente realizadas;
7. que os documentos comprobatórios de despesas foram preenchidos corretamente e que contêm a identificação da Organização da Sociedade Civil, do tipo de repasse e número do ajuste, bem como do órgão repassador a que se referem;
8. que as cópias dos comprovantes de despesas correspondem aos originais apresentados pela beneficiária;
9. que os saldos de recursos não utilizados foram recolhidos ao erário; e
10. que o recebimento da prestação de contas Quadrimestral ocorreu em 16/05/2018, não havendo aplicação de sanções;”

Conclusão do Departamento de Prestação de Contas: na qualidade de responsáveis pela análise dos documentos citados e emissão do competente Parecer, concluíram pela regularidade da matéria

Registro sobre o resultado da análise de Documentos Comprobatórios das Despesas

Com base na análise dos documentos comprobatórios das despesas apresentadas pela Organização da Sociedade Civil na prestação de contas ao departamento competente:

3.1 Foi possível verificar o nexo entre os valores repassados e as aquisições e contratações realizadas para o desenvolvimento das atividades previstas?

SIM.

NÃO, cabendo o cumprimento de medidas administrativas para devolução de recursos ou instauração de Tomada de Contas da parceria.



3.2 Foi possível verificar a conformidade das despesas e o cumprimento das normas pertinentes?

SIM.

NÃO, cabendo o cumprimento de medidas administrativas para devolução de recursos ou instauração de Tomada de Contas da parceria.

Elaborado parecer financeiro em 06/06/2018

Setor responsável pela emissão do parecer financeiro: Departamento de Prestação de Contas da Secretaria Municipal da Fazenda

Conclusão do Relatório:

Com base nas descrições relatadas e nas análises realizadas, foi possível concluir que a Organização da Sociedade Civil conseguiu comprovar o alcance das metas e resultados estabelecidos no respectivo Termo de Colaboração?

SIM

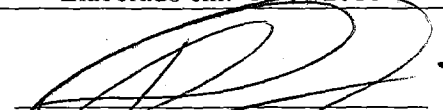
NÃO


Recomendações ou providências que deverão ser adotadas para alcance das metas e resultados pactuados ou para o aprimoramento das ações e respectivos prazos.

O número de atendimentos tem aumentado gradualmente, mas o número previsto no plano ainda não foi atingido. Sobre isso, a entidade apresentou justificativa à SME informando os motivos do não cumprimento e as ações tomadas para aumentar o número de atendimentos. Observando que a parceira tem aumentado gradualmente o número de atendimentos e que a meta está próxima de ser atingida, a pasta aceitou a justificativa, manifestando ser favorável aos argumentos apresentados e medidas adotadas, salientando que devem ser intensificadas as ações de divulgação para preenchimento das vagas disponíveis, bem como disponibilização das mesmas para atendimentos solicitados pelos órgãos de proteção à crianças e adolescentes. Todas as sugestões e apontamentos realizados pelo gestor durante o acompanhamento, com o objetivo de aprimorar o serviço, foram prontamente acatadas por parte da coordenadora/entidade. As atividades foram realizadas de acordo com o previsto no plano de trabalho, dentro do cronograma (prazo) estabelecido, de acordo com a metodologia prevista. Não houve dificuldades relevantes que comprometessem o desenvolvimento das ações previstas. Existe diálogo constante entre gestor e entidade com o objetivo de aprimorar ainda mais o serviço prestado à comunidade.

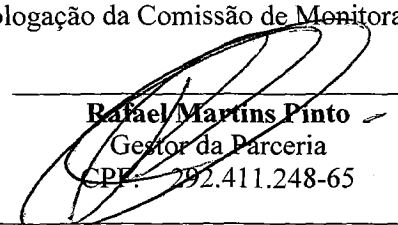
Elaborado em: 17/07/2018

Ciência da Secretária: 27/07/2018


Rafael Martins Pinto
Gestor da Parceria
CPF: 292.411.248-65


Sueli Petronília Amâncio Costa
Secretária de Educação
CPF: 018.874.618-84

Enviado para análise e homologação da Comissão de Monitoramento em 30/07/18.


Rafael Martins Pinto
Gestor da Parceria
CPF: 292.411.248-65

Homologação da Comissão de Monitoramento e Avaliação

Considerações da Comissão de Monitoramento e Avaliação

Não há, por parte desta Comissão, apontamentos complementares aos do gestor referentes ao período analisado (1º quadrimestre civil de 2018).

A Comissão de Monitoramento e Avaliação, constituída através da Portaria Nº 213 de 04 de outubro de 2017, responsável por monitorar e avaliar o cumprimento do objeto da presente parceria, aprova e homologa este Relatório Técnico de Monitoramento e Avaliação.

São José do Rio Preto, 29/08/2018.



Andréa Ferreira
Comissão de Monitoramento e Avaliação
CPF: 121.805.088-83



Roberta Calafatti Delazari Lamana
Comissão de Monitoramento e Avaliação
CPF: 202.661.168-84



Carlos José Martins
Comissão de Monitoramento e Avaliação
CPF: 076.492.258-01



Silvana Aparecida Domingos Correa
Comissão de Monitoramento e Avaliação
CPF: 059.524.448-30